



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 690/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 2385/2013 – 06 volumes.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sra. Zanele Rocha Teixeira, Ouvidora Geral do Estado e o Sr. Paulo Augusto Fiuza Filgueira, ex-Subouvidor Geral.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 53/2015 (fls. 1020/1024).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 388/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl.1025)

**8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas. Exercício 2012.

*Contas Irregulares. Glosa. Multas. Prazo. Recomendação à Ouvidoria do Estado do Amazonas.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregulares as Contas da Ouvidoria Geral do Estado** referente ao exercício de 2012, tendo como responsáveis a Sra. **Zanele Rocha Teixeira**, Ouvidora Geral do Estado do Amazonas, e o Sr. **Paulo Augusto Fiuza Filgueira**, Subouvidor Geral do Estado do Amazonas, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, para:

**9.2- Glosar** o montante de **R\$ 8.392,97** (oito mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos), julgando em alcance, de forma solidária, a **Sra. Zanele Rocha Teixeira** e o **Sr. Paulo Augusto Fiuza Filgueira**, para devolução dos seguintes valores, corrigidos monetariamente:

**9.2.1- R\$ 1.426,56** (mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), referente ao pagamento de multas ao INSS (item 9 do Relatório/Voto);

**9.2.2- R\$ 6.966,41** (seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos), referente ao pagamento de juros ao INSS e à CEF (item 10 do Relatório/Voto);

**9.3- Multar** a **Sra. Zanele Rocha Teixeira**, Ouvidora Geral do Estado do Amazonas, exercício de 2012:



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 690/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3.1-** no valor de **R\$ 21.920,62** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 2, 6, 7, 8, 11 e 12 do Relatório/Voto;

**9.3.2-** no valor de **R\$ 10.960,30** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 9 e 10 do Relatório/Voto;

**9.4- Multar o Sr. Paulo Augusto Fiuza Filgueira**, Subouvidor Geral do Estado do Amazonas, exercício de 2012:

**9.4.1-** no valor de **R\$ 21.920,62** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e dois centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 2, 6, 7, 8, 11 e 12 do Relatório/Voto;

**9.4.2-** no valor de **R\$ 10.960,30** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 9 e 10 do Relatório/Voto;

**9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que a Sra. **Zanele Rocha Teixeira** e o Sr. **Paulo Augusto Fiuza Filgueira** recolham os valores das multas que lhes foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM;

**9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que a Sra. **Zanele Rocha Teixeira** e o Sr. **Paulo Augusto Fiuza Filgueira** recolham os valores dos débitos que lhes foram aplicados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM;

**9.7- Recomendar** à Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

**9.7.1 - envie** o Parecer do Controle Interno quando da apresentação da prestação de contas, a fim de auxiliar de maneira mais efetiva a atuação do controle externo exercido por esta Corte de Contas;

**9.7.2- realize** pesquisa de mercado, a fim de verificar a opção mais vantajosa à Administração Pública, se nova contratação ou se prorrogação do contrato existente;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 690/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.7.3- submeta** os processos de prestação de contas de adiantamentos ao exame do inspetor setorial e a aprovação e/ou impugnação do ordenador, em cumprimento ao art. 11, do Decreto Estadual n.º 16.396/94;

**9.7.4- observe** o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias (art. 23, da Lei n.º 8.666/93) e cumulativo ao longo do exercício financeiro;

**9.7.5- cumpra** rigorosamente as regras da legislação que dispõe sobre os critérios de concessão de diárias, mediante emissão de empenho anterior à despesa, nos termos da Lei n.º 4.320/64;

**9.7.6-** tome as medidas necessárias à realização de concurso público, em atendimento ao art. 37, II, da CF/88.

**10- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 02 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral